



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2025**  
**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025**  
**ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021**  
**DECRETO MUNICIPAL Nº. 1899/2025**

## **DO PREÂMBULO:**

**O MUNICÍPIO DE PONTÃO/RS**, com sede administrativa na Avenida Júlio de Maílhos, 1613, Centro, da Cidade de Pontão/RS, CEP: 99.190-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. LUIS FERANDO PEREIRA DA SILVA**, nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021, **Torna Público** aos interessados, que realiza **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

**1.1.** Contratação de empresa especializada de engenharia para realizar Estudo técnico em infraestrutura urbana de água no Município de Pontão/RS.

### **2. PRAZO DO CONTRATO:**

**2.1.** O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua assinatura, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela pessoalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico e justificativas presentes nos autos.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*[...]*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido Niebuhr (2015, p. 123):

*[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela personalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].*

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

*O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.*

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

**a) por dispensa de licitação; ou**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

### **b) por inexigibilidade de licitação.**

Especificamente, para o caso em tela, o Inc. II, do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê a dispensa de licitação para contratações que envolvam valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº 11.871/2023, para R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Dessa forma, a contratação da empresa, Scortegagna Engenharia, CNPJ nº 10.728.149/0001-45, localizada na Rua Ângelo Preto, nº 656, Vila Popular, Passo Fundo/RS, CEP: 99.010-270, por meio de dispensa de licitação, além de encontrar amparo na legislação vigente é a solução mais adequada para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de Pontão/RS.

### **4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

O Município de Pontão/RS vem enfrentando problemas relacionados à distribuição de água, ocasionando desabastecimento em diversas localidades e impactando diretamente a qualidade de vida da população. A irregularidade não é adequada, não compromete apenas o bem-estar dos municípios, mas também setores essenciais como saúde, educação e comércio, evidenciando a necessidade de uma solução estrutural e definitiva para a questão. Diante desse cenário, torna-se imperiosa a contratação de empresa especializada em engenharia para a realização de um estudo técnico aprofundado no sistema de infraestrutura urbana de distribuição de água, com vistas à identificação das deficiências operacionais e estruturais, bem como à proposição de medidas corretivas e soluções adequadas, garantindo o abastecimento.

A presente contratação justifica-se pela necessidade de realização de uma análise detalhada do desempenho do sistema de distribuição, compreendendo a identificação de anomalias e falhas operacionais, o diagnóstico das origens e causas do problema, bem como a avaliação dos mecanismos que resultaram na deficiência do abastecimento. A ausência de informações técnicas precisas sobre o funcionamento atual da infraestrutura hídrica impede a adoção de medidas preventivas para mitigar as falhas existentes, tornando necessário um levantamento técnico qualificado. O estudo técnico abrangerá, ainda, a elaboração de prognósticos e a definição de soluções para a mitigação e resolução do problema do abastecimento de água.

Ressalte-se que a complexidade da demanda exige a atuação de empresa detentora de capacidade técnica específica na área de engenharia, com experiência comprovada na realização de diagnósticos e prognósticos voltados à infraestrutura hídrica, a fim de garantir a segurança técnica e jurídica na formulação das soluções a serem inovadoras. A contratação de profissionais especializados garante a confiabilidade dos resultados obtidos, permitindo que o Município adote medidas fundamentadas em dados técnicos, evitando soluções paliativas que não resolveram o problema a longo prazo.

Diante do exposto, resta demonstrada a imprescindibilidade da contratação de empresa especializada, sendo esta medida fundamental para garantir a prestação adequada do serviço público de abastecimento de água, em observância aos princípios da eficiência e integridade do serviço público, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal. A execução do estudo técnico proporcionará embasamento para futuras ações do



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

Município, possibilitando a realização de investimentos assertivos na melhoria da infraestrutura hídrica, promovendo a qualidade de vida da população e a segurança hídrica local.

### **5. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

**5.1.** A contratação **fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

### **6. DA CONTRATADA**

Considerando a necessidade do Município de Pontão/RS em contratar serviços especializados de engenharia para a realização de estudo técnico em infraestrutura urbana de abastecimento de água, a contratação da empresa Scortegagna Engenharia, inscrita no CNPJ sob o nº 10.728.149/0001-45, com sede na Rua Ângelo Preto, nº 656, Vila Popular, Passo Fundo/RS, CEP 99.010-270, revela-se plenamente justificada, conforme os fundamentos a seguir expostos.

A empresa contratada detém comprovada estrutura operacional e recursos técnicos adequados para atender às especificações e exigências da Administração Pública, circunstância evidenciada por sua vasta experiência na execução de estudos e projetos na área de infraestrutura hídrica. Tal expertise, consolidada ao longo de sua atuação no mercado, assegura não apenas a conformidade dos serviços com os padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente e pelas normativas técnicas aplicáveis, mas também a efetividade na execução contratual, garantindo entregas dentro dos prazos estabelecidos e em estrita observância às necessidades da Secretaria demandante.

Ademais, a empresa possui corpo técnico qualificado e instrumental tecnológico adequado para a realização das atividades contratadas, conferindo maior precisão e confiabilidade às análises e diagnósticos a serem realizados. Dessa forma, a contratação se mostra alinhada aos princípios norteadores da Administração Pública, notadamente os da eficiência, economicidade e vantajosidade, assegurando a obtenção de resultados eficazes e compatíveis com o interesse público.

Outro ponto relevante é a regularidade jurídica e fiscal da empresa, conforme comprovada por sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e pela apresentação de todos os documentos necessários à habilitação, garantindo a segurança jurídica do contrato administrativo e a observância dos princípios norteadores da Administração Pública, especialmente os da legalidade, eficiência e moralidade.

Com base nos argumentos expostos, a contratação da empresa acima referida, encontra-se amplamente respaldada, uma vez que a mesma reúne os requisitos técnicos, a experiência comprovada e o conhecimento da realidade regional, condições indispensáveis para atender de maneira célere e eficiente às demandas da Secretária demandante.

### **7. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**7.1.** Autorizar a prestação dos serviços;

**7.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados como Gestor e Fiscal do contrato;

**7.3.** Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas pertinentes;

**7.4.** Efetuar o pagamento devido.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

### **8. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**8.1.** A empresa contratada deverá realizar um estudo técnico especializado nos sistemas de infraestrutura de distribuição de água do Município de Pontão/RS, abrangendo os seguintes serviços:

- Elaboração de *as built* da rede de distribuição de água, de acordo com as informações prestadas pelo município, contendo a localização dos poços e reservatórios;
- Cálculo das vazões no sistema, utilizando os parâmetros populacionais e iniciadores e consumo da bibliografia e de concessionárias de abastecimento de água;
- Elaboração de simulação hidráulica no EPANET – Software de simulação hidráulica desenvolvido pela EPA – *Environmental Protection Agency*, dos Estados Unidos;
- Discretização das áreas críticas do município, no que tange as vazões de pico, e valores inferiores aos normativos de pressão dinâmica mínima do sistema.
- Avaliação comparativa entre oferta e demanda de água potável, considerando a situação atual e período futuro, através da realização de previsão populacional pelo método da curva logística;
- Elaboração de documento técnico com a caracterização da situação existente mediante avaliação das informações disponibilizadas pelo município, e apresentação do prognóstico para solução dos problemas;
- Emissão da ART dos serviços.

**8.2.** A empresa contratada fornecerá o estudo técnico, em formato digital (PDF), para a Secretária requisitante, no prazo de 60 dias, após o recebimento das informações prévias e realização da vistoria

**8.3.** Executar fielmente o objeto do presente contrato;

**8.4.** Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenção, acordo ou dissídios coletivos;

**8.5.** Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo àquela fornecer-lhes equipamentos de proteção individual e crachá de identificação contendo o nome e função do empregado;

**8.6.** Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à contratante e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;

**8.7.** Reparar e/ou corrigir os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;

**8.8.** Manter durante toda a execução do contrato os serviços necessários para atender o objeto.

### **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

### **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente o Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual, e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

### **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- h) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- i) Certidão de Registro de Pessoa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA.
- j) Relação do Acervo Profissional.

### **9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**9.1.** - O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal e emissão de cronograma de atividades atestadas pelo fiscal. O pagamento será por meio de depósito em contracorrente, mediante Ordem Bancária.

**9.2.** No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), e demais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

### **10. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**10.1.** A Empresa contratada deverá realizar a execução do objeto, na forma como descrita no Termo de Referência.

### **11. GESTÃO DO CONTRATO:**

**11.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**11.2.** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

**12.3.** O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**11.4.** A formalização da contratação ocorrerá por meio de contrato.

**11.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **12. ESTIMATIVA DO PREÇO:**

**12.1.** O valor estimado da contratação é de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

<b>Item</b>	<b>Qtd</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Valor total de referencia</b>
1	01	Contratação de empresa especializada de engenharia para realizar Estudo técnico em infraestrutura urbana de água no Município de Pontão/RS	Prestação de serviço	R\$ 28.000,00
<b>Valor total estimado/máximo admitido para a licitação: R\$ 28.000,00</b>				

### **13. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL**

**13.1** Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações.

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**13.2** Adotar-se-á para fins de Edital o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, para fins de reajuste geral de reposição.

### **14. DAS SANÇÕES**

**14.1.** Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

### **15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:

**07 – Secretaria Municipal De Obras**

**0701 04 122 0021 2035 - MANUTENCAO SECCRETARIA DE OBRAS**

**3390 39 05 00 00 00 1500 - 20118.9 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAL**

### **16. DA PUBLICAÇÃO E DELIBERAÇÃO:**

**16.1. AUTORIZO** a publicação no **site** da municipalidade a presente contratação direta firmada entre o **MUNICÍPIO DE PONTÃO/RS** e a empresa, Scortegagna Engenharia, CNPJ nº 10.728.149/0001-45, localizada na Rua Ângelo Preto, nº 656, Vila Popular, Passo Fundo/RS, CEP: 99.010-270.

**Pontão/RS, 12 de fevereiro de 2025.**

**Luis Fernando Pereira da Silva**  
Prefeito Municipal de Pontão/RS